

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO

Termo de Referência 79/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG Editado por Atualizado em
79/2026 989403-PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO EMILY DIOLINDA SILVA PERES 08/05/2026 14:32 (v 0.10)
Status
DISPONIBILIZADO

Outras informações

Categoria Número da Contratação Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo 4481

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de **MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA**, para atender às necessidades da Superintendência Municipal de Trânsito nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Limitador para vagas 460 x 100 x 70 mm confeccionado em resina de poliestireno, moldada a quente para que tenha resistência, contendo dois refletivos, formato trapezoidal	482935	UN	200	R\$99,90	R\$19.980
2	Parafuso auto brocante sextavado em aço carbono ponta broca para aço 12 x 2'1/2	454806	UN	1.500	R\$0,35	R\$525,00
3	Parafuso auto brocante sextavado em aço carbono ponta broca para aço 12 x 2'1/4	454806	UN	1.500	R\$0,37	R\$555,00
4	Parafuso francês com porcas e arruelas em aço carbono 5/16 x 2 1/2	444880	UN	400	R\$1,51	R\$604,00
5	Parafuso francês com porcas e arruelas em aço carbono 5/16 x 3 3/4	444880	UN	400	R\$1,51	R\$604,00
6	Parafuso francês com porcas e arruela em aço carbono 3/8 x 5 1/2	301726	UN	200	R\$1,51	R\$302,00
7	Placa para sinalização de trânsito 120 x 80 deverá ser confeccionada em aço galvanizado com espessura mínima de 1,2 mm, pintura eletrostática e adesivo prismático	243201	UN	90	R\$249,00	R\$22.410,00

	refletivo película tipo III de alta durabilidade seguindo os padrões do CONTRAN					
8	Placa para sinalização de trânsito 70 x 50 deverá ser confeccionada em aço galvanizado com espessura mínima de 1,2mm pintura eletrostática e adesivo prismático refletivo película tipo III de alta durabilidade seguindo os padrões do CONTRAN	473410	UN	130	R\$104,95	R\$13.643,50
9	Placa para sinalização de trânsito 60 x 60 deverá ser confeccionada em aço galvanizado com espessura mínima de 1,2mm, pintura eletrostática e adesivo prismático refletivo película tipo III de alta durabilidade seguindo os padrões do CONTRAN	473410	UN	250	R\$104,95	R\$26.237,50
10	Cola a base de carga minerais e resina poliéster acodicionada em potes de 5 kg a ser utilizada para colagem de tachas e tachões	616071	UN	200	R\$68,00	R\$13.600,00
11	Tachão amarelo bidirecional 25 x15 x 5 cm confeccionado em resina de poliestireno, moldada a quente para que tenha resistência, contendo dois refletivos	603595	UN	800	R\$24,50	R\$19.600,00
12	Tachão branco monodirecional 25 X 15 X 5 cm confeccionado em resina de poliestireno, moldada a quente para que tenha resistência, contendo dois refletivos	437026	UN	600	R\$20,185	R\$12.111,00
13	Tacha bi direcional amarela confeccionado em resina poliestireno, moldada a quente para que tenha resistência, contendo dois refletivos âmbar e medindo 100 X 79 X 22 mm	466635	UN	1.000	R\$8,45	R\$8.450,00
14	Tacha mono direcional branca confeccionado em resina poliestireno, moldada a quente para que tenha resistência, contendo dois reflétivos brancos medindo 100 X 79 X 22 mm	466636	UN	1.000	R\$7,12	R\$7.120,00
15	Microesferas de vidro tipo dropp-on II acondicionada em sacos de 25 kg	607602	UN	200	R\$167,50	R\$33.500,00
16	Tinta para Demarcação Viária Com as características mínimas: Tipo: Demarcação Viária à base de resina acrílica, com diluição em Solventes próprio a ser disponibilizado juntamente com o material adquirido, Cor: AMARELA 10 YR 7,5/14, Normatização: ABNT NBR	485579	UN	200	R\$290,00	R\$58.000,00

	11862; - Deverá ser apresentado no ato da entrega, laudo emitido por entidade credenciada pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). Lata metálica com 18 litros					
17	Tinta para Demarcação Viária Com as características mínimas: Tipo: Demarcação Viária à base de resina acrílica, com diluição em Solventes; Cor: Branco N9,5; Normatização: ABNT NBR 11862; - Deverá ser apresentado no ato da entrega, laudo emitido por entidade credenciada pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); A embalagem deverá ser litografada com a marca do fabricante; juntamente com informações de metragem por lata. Lata metálica com 18 litros	485575	LATA	200	R\$272,45	R\$54.490,00
18	Tinta para Demarcação Viária Com as características mínimas: Tipo: Demarcação Viária à base de resina acrílica, com diluição em Solventes específico a ser disponibilizado juntamente com o material adquirido, Cor: PRETA, Normatização: ABNT NBR 11862; - Deverá ser apresentado no ato da entrega, laudo emitido por entidade credenciada pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); A embalagem deverá ser litografada com a marca do fabricante; juntamente com informações de metragem por lata Lata metálica com 18 litros Lata metálica com 18 litros	485574	LATA	20	R\$312,50	R\$6.250,00
19	Tinta para Demarcação Viária Com as características mínimas: Tipo: Demarcação Viária à base de resina acrílica, com diluição em Solventes específico a ser disponibilizado juntamente com o material adquirido. Cor: AZUL, Normatização: ABNT NBR 11862; - Deverá ser apresentado no ato da entrega, laudo emitido por entidade credenciada pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); A embalagem deverá ser litografada com a marca do fabricante; juntamente com informações de metragem por lata. Lata metálica com 18 litros	485573	LATA	20	R\$315,00	R\$6.300,00

20	Tinta para Demarcação Viária Com as características mínimas: Tipo: Demarcação Viária à base de resina acrílica, com diluição em Solventes específico a ser disponibilizado juntamente com o material adquirido. Cor: VERMELHA, Normatização: ABNT ,NBR 11862; - Deverá ser apresentado no ato da entrega, laudo emitido por entidade credenciada pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); A embalagem deverá ser litografada com a marca do fabricante; juntamente com informações de metragem de rendimento por lata. Lata metálica com 18 litros	485579	LATA	100	R\$315,00	R\$31.500,00
21	Tinta para demarcação Viária à base de metil metacrilato monocomponente ,com diluente específico para o produto a ser fornecido juntamente com o produto,Cor :Branca :N9, Com as carcterísticas de alta resistência à abrasão e intemperismo ,e alta resistência em pisos de concreto e asfalto. Lata metálica com 18 litros (não será aceita outro tipo de embalagem); A embalagem deverá ser litografada com a marca do fabricante; juntamente com informações de metragem de rendimento por lata.-Deverá ser apresentado laudo técnico do lote entregue comprovando as características do produto	622184	LATA	150	R\$330,00	R\$49.500,00
22	Tinta para demarcação Viária à base de metil metacrilato monocomponente ,com diluente específico para o produto a ser fornecido juntamente com o produto,Cor :amarela : 10YR7,5 /14. Com as carcteristicas de alta resistência à abrasão e intemperismo e alta resistência em pisos de concreto e asfalto. Lata metálica com 18 litros (não será aceita outro tipo de embalagem); A embalagem deverá ser litografada com a marca do fabricante; juntamente com informações de metragem de rendimento por lata.	485575	LATA	150	R\$330,00	R\$49.500,00
23	Canalizador de Tráfego BlowLaranja com 3 Faixa Refletiva Branca de alta refletividade, Dimensões: Altura Total: 1110 mm (+ ou – 3%). Altura da Base: 260 mm (+ ou – 3%).Largura da Base: 557 x 552 mm (+ ou – 3%).Diâmetro do	624517	UN	10	R\$199,29	R\$1.992,90

	Topo: 395 mm.Peso Total: 6.000 g. (+ ou – 500g).Material: PEAD (Polietileno de Alta Densidade), Empilhável					
24	Cone de Sinalização Flexível Emborrachado com base de borracha , 75cm, Laranja refletivo com 2 faixas retrorrefletivas Branca conforme NBR15.071	441520	UN	150	R\$123,16	R\$18.474,00
25	Sinalizador para cones possui o corpo e base injetado em polietileno de alta densidade , e lente em policarbonato na cor âmbar ou branca, possui 2 ou mais Leds de alto brilho bidirecionais, alimentado por bateria recarregável através de um painel solar e cabos , com função ON/OFF e automático e à prova d'água. com base de encaixe roscado para fixação em balizadores tipo barril e seu interior aletas para encaixe de cones e balizadores cilíndricos	320483	UN	15	R\$106,70	R\$1.600,50
26	Recolhedor Fita de isolamento para cone de sinalização de segurança , composto composto por Carretel polimérico recolhedor de Fita de isolamento de área em nylon Kp-400, com 40 metros x 50mm ,Grampo retangular para fixação na Cor Zebrada da Laranja e Preta	320483	UN	10	R\$176,00	R\$1.760,00
27	Trena métrica em inox de 50 metros X1 cm	467077	UN	03	R\$94,50	R\$ 283,50
28	Diluyente universal para tintas compatível com diluidores da NBR 11862, lata de 18 litros	616042	UN	250	R\$262,73	R\$65.682,50
29	Adesivo Prismático para sinalização viária impresso em peçúcula tipo III personalizados em material refletivo de alta durabilidade seguindo os padrões do CONTRAN.	350278	M ²	100	R\$239,01	R\$23.901,00
30	Barra de suporte 3,5 MT 21/2 e 2,25 mm fixação de placas , devendo possuir vedações ou tampas	632150	UN	250	R\$250,00	R\$62,500,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 145/2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses** contados da assinatura do contrato, na forma dos artigo 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua poderá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Vigência da Ata de Registro de Preços

1.6. A Ata de Registro de Preços originária da presente contratação terá validade de 12 (doze) meses, não sendo necessária sua prorrogação, em consonância com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação NÃO está previsto no Plano de Contratações Anual, contudo, encontra-se alinhado com a LOA (Lei Orçamentária Anual) e com o PPA (Plano Plurianual).

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nos Estudos Técnicos Preliminares, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. As tintas deverão atender, no mínimo:

- a) Baixo teor de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs), conforme normas aplicáveis;
- b) Ausência de metais pesados e substâncias tóxicas em níveis proibidos pela legislação;
- c) Atendimento às normas da ABNT aplicáveis à sinalização viária.

4.1.2. Diluentes:

- a) Devem possuir composição menos agressiva ao meio ambiente e à saúde ocupacional;
- b) Apresentação obrigatória da Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico (FISPQ);
- c) Conformidade com regulamentações ambientais e de transporte de produtos perigosos

4.1.3. Tachões e tachas:

- a) Produzidos com materiais de elevada durabilidade;
- b) Resistência mecânica compatível com tráfego intenso;

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2 Na presente contratação não serão indicadas marcas, características ou modelos.

Vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3 Não serão vedados(as) produtos/marcas.

Da exigência de amostra

4.4. A exigência de apresentação de amostras dos materiais licitados fundamenta-se na necessidade de assegurar que os produtos ofertados pelos licitantes atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico preliminar, especialmente considerando a natureza dos materiais de manutenção viária, que impactam diretamente na segurança dos usuários e na durabilidade das intervenções realizadas pela Administração Pública.

Observa-se, em experiências anteriores, a ocorrência de fornecimento de produtos que, embora declarados em conformidade com as especificações no momento da proposta, não atendem plenamente aos requisitos de qualidade, desempenho e padronização exigidos quando analisados fisicamente ou utilizados em campo.

4.4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- a) 16: Tinta amarela para demarcação viária;
- b) 17: Tinta branca para demarcação viária;
- c) 18: Tinta preta para demarcação viária;
- d) 19: Tinta azul para demarcação viária;
- e) 20: Tinta vermelha para demarcação viária;
- f) 21: Tinta branca a base de metil metacrilato para demarcação viária;
- g) 22: Tinta amarela a base de metil metacrilato para demarcação viária;
- h) 23: Canalizador de tráfego;
- i) 24: Cone de sinalização;
- j) 28: Diluente universal.

4.5.1. As amostras poderão ser entregues na sede do Almoxarifado Central, situado na Praça Balduino da Silva Caldas s/n – Setor Central, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, nos horários das 08:00 às 10:30 e das 13:00 às 16:30, no prazo limite de 7(sete) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5.2. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.5.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.5.4. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

- a) Itens (16, 17, 18, 19 e 20): comprovação dos itens descritos na normatização ABNT NBR 11862 - Lata metálica com 18 litros (não será aceita outro tipo de embalagem); - Na embalagem do produto deverá constar nome do químico ou responsável técnico e o número do registro no CRQ Conselho Regional de Química, conforme estabelece os artigos 27 e 28 da Lei nº 2.800 de 18/06/1956 e da Lei nº 6.839 de 30/10/1980; - A embalagem deverá ser litografada com a marca do fabricante; juntamente com informações de metragem por lata;
- b) itens (21 e 22): deverão cumprir todas as normativas relacionadas como referência base sendo as NBRS 5829, 5830, 5844, 6831, 7396, 15438 e CET-ET-SH 14(15/03/2007)- Lata metálica com 18 litros (não será aceita outro tipo de embalagem); - Na embalagem do produto deverá constar nome do químico ou responsável técnico e o número do registro no CRQ (Conselho Regional de Química), conforme estabelece os artigos 27 e 28 da Lei nº 2.800 de 18/06/1956 e da Lei nº 6.839 de 30/10/1980; - A embalagem deverá ser litografada com a marca do fabricante; juntamente com informações de metragem de rendimento por lata.
- c) Itens (23, 24 e 25): Se os materiais estão em conformidade com as características solicitadas no estudo técnico preliminar

4.5.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.5.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até averificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.5.7. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.5.7. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.5.8. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não se aplica **OU** Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Dedicação exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

4.9. Na presente licitação, os itens cujo valor total não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil) será dedicado exclusivamente para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, com fulcro no **Decreto Municipal nº 1417/2021**.

4.9.1. Na hipótese de não haver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente poderá ser adjudicada à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada na fase de lances.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os produtos deverão ser entregues na sede do Almoxarifado Central, situado na Praça Balduino da Silva Caldas s/n – Setor Central, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, nos horários das 08:00 as 10:30 e das 13:00 as 16:30 onde serão recebidos e conferidos conforme especificações contidas no item 1.1 do TERMO DE REFERÊNCIA presente, aos cuidados de Diogo Vilas Boas Neto de Assis.

5.4. Para os itens 16, 17, 18, 19 e 20 deverá ser apresentado no ato da entrega, laudo emitido por entidade credenciada pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia); para comprovação dos itens descritos na normatização ABNT NBR 11862 - Lata metálica com 18 litros (não será aceita outro tipo de embalagem); - Na embalagem do produto deverá constar nome do químico ou responsável técnico e o número do registro no CRQ (Conselho Regional de Química), conforme estabelece os artigos 27 e 28 da Lei nº 2.800 de 18/06/1956 e da Lei nº 6.839 de 30/10/1980; - A embalagem deverá ser litografada com a marca do fabricante; juntamente com informações de metragem por lata

5.5. Só serão aceitos os itens 21 e 22 se cumpridas todas as normativas relacionadas como referência base sendo as NBRS 5829, 5830, 5844, 6831, 7396, 15438 e CET-ET-SH 14(15/03/2007)- Lata metálica com 18 litros (não será aceita outro tipo de embalagem); - Na embalagem do produto deverá constar nome do químico ou responsável técnico e o número do registro no CRQ (Conselho Regional de Química), conforme estabelece os artigos 27 e 28 da Lei nº 2.800 de 18/06/1956 e da Lei nº 6.839 de 30/10/1980; - A embalagem deverá ser litografada com a marca do fabricante; juntamente com informações de metragem de rendimento por lata.-Deverá ser apresentado laudo técnico do lote entregue comprovando as características do produto.

5.6. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 (seis) meses, ou a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **15 (quinze) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.12.1. o prazo de validade;

7.12.2. a data da emissão;

7.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.12.5. o valor a pagar; e

7.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **15 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INPC** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

7.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **um ano** contado da data do orçamento estimado, em 06/04/2026 (DD/MM/AAAA).

7.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

7.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Garantia da Proposta

8.3. Não haverá exigência da garantia da proposta nos moldes do art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, que devem devidamente constar no **SICAF**:

Nível I – Credenciamento;

8.5. Credenciamento no SICAF, que deve haver sido realizado em até 3 (três) dias anteriormente à data da abertura da sessão.

Nível II - Habilitação jurídica

8.6. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.10. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual e/ou Municipal

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício ou concorre;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorre;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda **Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Nível V - Qualificação Técnica

8.21. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou **atestados** emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.22. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

8.23. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

8.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de emissão não superior à 90 (noventa) dias;

Disposições gerais sobre habilitação

8.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 610.976,40

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$610.976,40 (seiscentos e dez mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima constante no item 1.1, apurados através de:

I - composição de custos unitários nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	SUBELEMENTO	RECURSO /DEST.
-------	----------------------	---------------------	-------------	----------------

0981	12.28.26.782.1126.2063.3.3.90.30.00	3.3..90.30.00	24-MATERIAL PARA MANUT. DE BENS IMÓVEIS	1.00.000
0981	12.28.26.782.1126.2063.3.3.90.30.00	3.3.90.30.00	44- MATERIAL DE SINALIZAÇÃO E AFINS	1.00.000
0981	12.28.26.782.1126.2063.3.3.90.30.00	3.3.90.30.00	42- FERRAMENTAS	1.00.000

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMILY DIOLINDA SILVA PERES

Supervisora da Compras



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 14:32:04.